

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

HISTÓRIA E SEXUALIDADE: LEITURAS EM CASSANDRA RIOS.

Flávia Mantovani
Doutoranda Unesp/Franca
flavia.mantovani@unesp.br

RESUMO: Apresento neste texto parte da pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História/Unesp, na qual analiso a produção literária de Cassandra Rios (1932-2002), buscando compreender as relações entre sexualidade e política no Brasil entre 1949 e 1980. Partindo de noções de Foucault e Butler sobre a sexualidade como um dispositivo de poder e também da ideia de heterossexualidade compulsória como uma instituição política de Adrienne Rich, tomamos as escritas de Rios como documentos de importante compreensão do dispositivo histórico de sexualidade no Brasil, visto que suas obras, por tratarem de temáticas censuradas e/ou vetadas por ofenderem a “moral e os bons costumes”, são acusadas de conter “homossexualismo” ao enunciarem sujeitos de gênero e sexualidades dissidentes do sistema sexo/gênero. Exponho este referencial teórico relacionando a ficção de Rios com o dispositivo histórico de sexualidade, buscando apreender sua produção literária como um discurso sobre a sexualidade, portanto, parte deste dispositivo histórico. Por fim, exponho impressões sobre *Eu sou uma lésbica* (1980), discutindo seu caráter emblemático na obra da autora, situando o romance entre subversão política e subversão moral.

Palavras-chave: Cassandra Rios; História e sexualidade; literatura lésbica.

INTRODUÇÃO

Este texto é um excerto da pesquisa de doutorado desenvolvida no programa de Pós-Graduação em História da Unesp, cujo objetivo é analisar, por uma perspectiva histórica, as relações entre sexualidade e política no Brasil na/através da produção literária de Cassandra Rios (1932-2002). Nesse contexto, busca-se ler Cassandra pela noção de Foucault da sexualidade como um dispositivo histórico de poder, ou seja, tomando seus escritos literários como um discurso sobre sexo, inserido nas relações de saber-poder empreendidas pelo aparato censório estatal. Cassandra Rios é escritora brasileira que mais sofreu vetos de censores durante a Ditadura Militar, com mais de trinta de seus livros

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

proibidos – muito embora a censura estatal não tenha ocorrido exclusivamente durante os governos militares, tendo a autora, com alguns de seus livros, sofrido processos de proibições ainda antes da Ditadura Militar instaurada no país com o golpe de 1964; a maioria desses livros volta-se à uma temática “erótica”, entendida pela censura como pornográfica e “contrária à moral e aos bons costumes”.

Assim, trata-se aqui de apontar possibilidades de leitura dessa produção literária a partir do arcabouço teórico acerca das sexualidades e suas implicações políticas. Deste modo, constrói-se uma chave de leitura da considerável obra da autora, necessária diante da complexidade de seus escritos e, também, da quantidade de livros publicados, vetados ou não. Busco pluralizar a leitura da produção de Cassandra Rios, rejeitando as dicotomias escritora/censura, erotismo/pornografia, moral/imoral, já que a leitura é complexa: Cassandra Rios, a escritora mais censurada do Brasil, produz o que se pode denominar vulgarmente de “literatura erótica”, inserindo-se em uma tendência literária, acusada pela censura de pornográfica, foi adquirindo (e ao mesmo tempo) cunhando uma fama de “escritora maldita”.

Pretendo lançar um olhar de gênero e sexualidade para essa produção literária, trazendo intersecções entre a sexualidade posta em discurso na literatura de Cassandra Rios e a dimensão historiográfica. Tomo sua obra concebendo a linguagem como o campo das possibilidades, buscando fazer um movimento de historiar noções do dispositivo histórico de sexualidade brasileiro, em sua dimensão política, através de suas escritas. Para tanto, em um primeiro momento, exponho breve panorama da vida e obra da autora, bem como algumas características fundamentais de sua trajetória, problematizando sua relação com a(s) censura(s). Em seguida, apresento referencial teórico acima apontado, dialogando com as noções de Foucault, Butler e Adrienne Rich; por fim, relaciono estas noções com o romance *Eu sou uma lésbica* (1980), apontando nele alguns aspectos de subversão.

Cassandra Rios, a escritora mais censurada do Brasil.

O nome de Cassandra Rios é comumente vinculado a ideia de proibição, censura, proibição, o que não é apenas mero efeito de linguagem se quantificarmos seus

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

livros vetados pela censura vigente durante a ditadura¹ e, já anteriores ao regime. São diversos os entraves Estado devido o teor “imoral” de suas obras. A autora que passou a história como a “escritora mais proibida do Brasil” é um dito fenômeno de vendas, sendo a primeira escritora a bater “um milhão de livros vendidos”, antes mesmo de Jorge Amado (REALIDADE, 1970). Tanto as muitas vendas quanto os vários vetos podem ser atribuídos à temática de seus escritos: relações homoeróticas, personagens “desviantes” das normas de gênero e sexualidade. Predomina, em sua produção literária, o “amor sáfico”, personagens lésbicas e histórias de desejos sexuais entre mulheres, o que lhe rendeu títulos como “a papisa do homossexualismo”.

Cassandra Rios, nasce em 03 de outubro de 1932 em São Paulo. Seu nome é Odete Rios Pérez Perañes Gonzáles Hernandez Arellano. Seus pais são descendentes de espanhóis. Cresce em Perdizes, bairro em São Paulo, publica seu primeiro livro aos dezesseis anos – *A volúpia do Pecado* (1948), atualmente de acesso dificultado, (tanto pela raridade das edições, quanto pelo contexto pandêmico atual) e, logo em seguida, seu segundo livro *Carne em Delírio* (1948). A partir daí ela fecha contrato com a editora Spiker e publica *Eudemônia*. Na década de 1970, período de maior produção e, também, de maior censura, publica vários títulos pela Editora Record, já em uma fase de considerável visibilidade editorial, títulos como *As Vedetes*, *A Santa Vaca*, *Marcella*, *O Bruxo Espanhol*. Um dos livros mais emblemáticos, a meu ver, e bastante chocante (se é que cabe algum juízo de valor desta leitora), é *Eu sou uma Lésbica* (1980), até onde pude verificar, última obra literária publicada em vida, que primeiro sai como folhetim em 1979 na revista Status e posteriormente como livro em 1980. Cassandra falece em 2002, em SP, vítima de um câncer.

As proibições voltadas para a moral e os bons costumes, embora organizadas de maneira normativa a partir do Decreto Lei 1.077², remontam a uma longa tradição de costumes e valores morais conservadores e, portanto, cerceamento as liberdades de

¹ Utilizo o termo “ditadura”, por convenção, para referências ao período entre 1964 e 1985 em que, a partir de Golpe Militar, o Brasil esteve em governos militares. Questões historiográficas e sobre a nomenclatura do período serão discutidas no decorrer da tese.

² Decreto-Lei n. 1.077, de 26 de janeiro de 1970 foi assinado pelo Presidente Médici e se tornou a principal referência normativa para os órgãos censores durante a ditadura de 1964. Instituiu a censura prévia à livros, teatros, espetáculos públicos, programas de rádio, TV e diversas atividades culturais, explicitando, ao longo de diversos artigos, a necessidade de conter o plano de subversão que ameaçaria a segurança nacional, e dando respaldo legal à perseguição de expressões contra a moral e os bons costumes. (QUINALHA, 2017, p. 57).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

expressão e vigilância dos valores morais são anteriores ao golpe de 1964. Embora a censura durante a década de 1970 – respaldada pelo decreto-lei 1.077 – torne evidente o policiamento das sexualidades vistas como patológicas e indesejadas ao tornar a homossexualidade explícita em livros um caso de polícia, a compreensão não se encerra neste período histórico. A ditadura promove a institucionalização da censura e transforma em políticas de estado a perseguição de sexualidades, mas tais comportamentos são historicamente vistos como desviantes.

Após o golpe de 1964 quando os militares assumem o poder, passam a governar, como é sabido, por meio de “atos institucionais”. O “AI-5”, um dos marcos legais de endurecimento do regime, é visto por boa parte da historiografia como um aprofundamento da repressão pois suspendeu liberdades individuais, o habeas corpus entre outras medidas, funcionando como um instrumento burocrático dos agentes da repressão, respaldando as ações dos militares. As atividades censórias que já se encontravam centralizadas no governo federal se consolidaram, determinando que livros e jornais fossem vistos previamente pelos órgãos estatais antes de sua publicação (SCHWARCZ; STARLING, 2017). Em 1970, consolida-se o aparato legal de censura prévia, no decreto assinado por Médici, cujo texto explicita:

Art. 1º **Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes** quaisquer que sejam os meios de comunicação;

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Art. 3º Verificada a existência de **matéria ofensiva à moral e aos bons costumes**, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e apreensão de todos os seus exemplares. (REIMÃO, 2011, p. 22s, grifos nossos)

Assim, temos através de leituras em Cassandra Rios a incomum oportunidade de acompanhar uma tradição censória no Brasil, tanto essa mais recente, organizada pela ditadura militar, da qual a autora foi alvo nos anos 1970 em sua fase mais aguda, quanto àquela inserida em uma longa duração, não necessariamente atrelada as justificativas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

anticomunistas e contrárias a ordem, conforme o discurso oficial do estado ditatorial pós-1964.

Leituras em Cassandra Rios

Considerando que as práticas e noções de sexualidade não são naturais e sim forjadas por diversos discursos investidos de poder – discurso médico, religioso, policial – tematizando a sexualidade, os escritos de Cassandra guardam relação com a política. Como diz Foucault, a sexualidade é investida de uma biopolítica (1998). Assim, busco pensar a produção literária da autora em suas relações políticas, e como tal relação atravessa a censura aos livros de Cassandra Rios. Um aspecto fundamental desta pesquisa: não se chega à Cassandra Rios como quem compra um *best-seller* na livraria, o que significa dizer que o acesso intrincado à sua obra, atualmente, não deixa de ser resultado de um processo de apagamento de sua literatura.

Foucault observa que os séculos XIX e XX foram caracterizados pela multiplicação dos discursos, dispersão das sexualidades e toda uma implantação múltipla das “perversões”, trazendo a reflexão acerca dos dispositivos de poder que as produzem. No discurso psiquiátrico do século XIX “[...] sobretudo ao anexar ao seu domínio exclusivo, o conjunto das perversões sexuais [...]” (FOUCAULT, 1998, p. 37) estabelecem-se normas quanto às perversões, as classificações e categorizações sobre as sexualidades. Algumas serão determinadas como desviantes, por isso, a ideia de homossexualidade se institui como este desvio à norma. Tomadas como um fato discursivo, as tramas de Cassandra Rios também informam sobre um dado dispositivo de poder. Seus escritos são políticos, já que inseridos em uma relação com o poder e, ainda, porque quando a autora publica livros, dá a conhecer ao público uma descrição de práticas. Além disso, o sexo é assunto de interesse público, por ser, nos discursos médico, religioso e estatal, a base da família, da moral desejada, do pecado a ser condenado.

Em sua “História da Sexualidade”, Foucault buscou tratar não uma história das práticas sexuais, ou seja, não importa pensar as continuidades ou as causas das práticas, mas entender a história de como uma sexualidade é produzida, e, nesse sentido, vai

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

investigar como o discurso sobre a sexualidade se modifica. Com sua “vontade de saber”, como nas sociedades burguesas modernas se cria um dispositivo de poder que tem o sexo e o corpo como alvos de mecanismos de disciplina e controle.

Contrapondo-se ao que chamará de “Hipótese Repressiva”, o autor vai considerar o poder em sua positividade, ou seja, o poder não age simplesmente na interdição. O que acontece é, ao contrário, uma incitação a falar sobre sexo, uma proliferação de discursos, tendo o poder uma dimensão positiva, e não proibitiva. Portanto, o que se faz é produzir discursos sobre a sexualidade. Em tal produção discursiva, o autor situa o século XIX como um marco para se pensar a produção de diversas sexualidades outras, o que chama de “Implantação perversa” – ressaltando a centralidade do saber médico e psiquiátrico que vão categorizar práticas sexuais, criando tipos específicos. O que antes eram práticas – o discurso jurídico e cristão/católico e a condenação a sodomia, por exemplo – agora são categorias de identidade. Segundo o autor:

“Incontável família dos perversos que se avizinha dos delinquentes e se aparenta com os loucos. No decorrer do século, eles carregaram sucessivamente o estigma da “loucura moral”, da “neurose genital”, da “aberração do sentido genésico”, da “degenerescência” ou do “desequilíbrio psíquico”. (FOUCAULT, 1998, p. 47).

Ainda, Foucault distingue quatro grandes conjuntos estratégicos que desenvolvem dispositivos específicos de saber/poder a respeito do sexo. São eles: a histerização do corpo da mulher, transformando-o num corpo saturado de sexualidade, um corpo estratégico no dispositivo de poder de sexualidade, com uma responsabilidade biológico/moral da maternidade; a pedagogização do sexo da criança, através da afirmação de que todas as crianças são suscetíveis a se dedicar a uma atividade sexual, portanto têm que ser vigiadas, educadas, e isso se deu, sobretudo, em uma verdadeira guerra que o Ocidente empreende contra a prática do “onanismo” (o pecado de Onã, aquele que desperdiça a semente preciosa” na masturbação); a socialização das condutas de procriação, fazendo da intimidade do casal um lugar a ser saudável e compartilhada com o médico, já que o casal é a célula responsável pela reprodução da espécie; e, por fim, uma psiquiatrização do prazer perverso: o instinto sexual foi isolado como instinto

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

biológico e psíquico autônomo. Um olhar clínico e médico, o que permite categorizar práticas como normais e anormais, saudáveis e patológicas.

Podemos situar o dispositivo histórico da sexualidade em, pelo menos, duas temporalidades distintas: essa acima mencionada, que remonta ao século XIX, como o disse Foucault; e ainda outra mais recente, a apropriação dos militares na construção do discurso do anticomunismo, que se apoia dos saberes médico e religioso. da Sexualidade do desenvolvimento de um dispositivo de poder. A homossexualidade no discurso do anticomunismo aparece como um desvio moral que ameaça a ordem.

Rodrigo Patto de Sá Mota em “Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)”, vai analisar longamente as raízes do anticomunismo, desde a revolução de 1917 e a chegada das ideias comunistas Brasil, destacando o Estado Novo e a Ditadura Militar pós-1964 como dois momentos de aprofundamento desse discurso, inclusive, utilizado como justificativa dos golpes que instauraram tais regimes autoritários e ditatoriais. O autor traz como matrizes do discurso anticomunista: catolicismo; nacionalismo; liberalismo (MOTTA, 2020).

Mais especificamente, o autor trabalha na investigação de um “imaginário anticomunista” e como se dão – na imprensa, principalmente – estas representações, observando o ideário, o imaginário e a iconografia anticomunistas para dizer que são parte desse imaginário: demônios; agentes patológicos com a ideia de “limpeza da nação; ameaça estrangeira; desafio à moral; inferno soviético; ‘intentiona comunista’. (MOTTA, 2020). Assim, está no discurso oficial da ideologia militar ao longo do século XX uma elaboração da homossexualidade como desvio moral, atrelado à uma ameaça à nação. Podemos observar esse imbricamento no parecer dado ao livro “As traças”, o parecer n. 1720, de 29 de outubro de 1975, de autoria da técnica de censura Ana Katia Vieira, com base no qual o livro foi vetado (QUINALHA, 2017, p. 134). – foi vetado sob alegação da censora de que a história transmitia mensagem negativa “porque a autora afirma que o lesbianismo é a verdadeira condição normal das mulheres. Contrária, assim, de maneira frontal, um padrão moral consagrado pela nossa sociedade”

Judith Butler também apresenta uma perspectiva de disciplinamento dos corpos através de discursos, vistos como efeitos de linguagem, atos de fala que atuam na construção de normas de gênero e sexualidade. Para Butler, o gênero é formado pela

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

repetição estilizada da norma, ou seja, na performatividade, cotidianamente (BUTLER, 2018). No sistema sexo/gênero haveria uma compulsoriedade de uma coerência, a qual a autora questiona, ou seja, o gênero de um sujeito decorreria de um corpo biologicamente definido como macho/fêmea, e a sexualidade estaria em consonância com ambos. A fim de assegurar a heterossexualidade compulsória, o dispositivo de sexualidade atua na produção destes discursos normativos, os quais chamamos, aqui, de estereótipos. Tais discursos normativos atuam na performatividade do gênero, em suas palavras:

[...] o gênero não é de modo algum uma identidade estável nem lócus de agência do qual procederiam diferentes atos; ele é, pelo contrário, uma identidade constituída de forma tênue no tempo – uma identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de atos. Além disso, o gênero, ao ser instituído pela estilização do corpo, deve ser entendido como a maneira cotidiana por meio da qual gestos corporais, movimentos e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um “eu” generificado permanente. (BUTLER, 2018, p. 3)

Relacionando as proposições de Foucault e Butler, também pertinente para se pensar o dispositivo de sexualidade é a categoria da heterossexualidade. A esse respeito, pertinente para se pensar esta dimensão política nos escritos de Rios é a categoria de heterossexualidade compulsória, central no pensamento teórico por uma perspectiva lésbica construída por Adrienne Rich. A autora traz a heterossexualidade como instituição política, imposta com a finalidade de retirar o poder das mulheres, estabelecida compulsoriamente através do exercício do poder masculino em suas diversas violências. No seio de um pensamento heterossexual, a “experiência lésbica é percebida através de uma escala que parte do desviante ao odioso ou a ser simplesmente apresentada como invisível” (RICH, 2010, p. 21).

Encontramos em *Eu sou uma lésbica* um exemplo de discurso sobre a sexualidade, com elementos para pensar o imbricamento destas teorias. O romance *Eu sou uma lésbica* é construído a partir das memórias de Flávia e suas descobertas sexuais desde os seus 7 anos de idade, quando se apaixona por D. Kênia, sua vizinha e amiga de sua mãe, narrando suas experiências durante a adolescência até a vida adulta. A história se desenvolve em torno desta personagem, sempre retomando as relações com D. Kênia como fato fundante dos modos de ser de Flávia. Os nove capítulos se desenvolvem de modo que, somente ao

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

final, fica clara a questão central do enredo: associar a homossexualidade a outro “desvio”, no caso, um assassinato. Em uma das cenas, quando uma Flávia adolescente é questionada sobre sua identidade, a cena é a seguinte:

- Sim, eu sou uma lésbica.

E parecia que eu estava condenando ou sentenciando algo muito grave. Parecia mesmo que eu estava dizendo: “Sou comunista, sou nazista, sou terrorista, sou subversiva... sou contra tudo e contra todos... sou o demônio... sou o terror para todas as nações... sou... o quê?”

Ele ficou me medindo e seu olhar me fez muito mal. (RIOS, 2006, p. 81 – grifos nossos)

No trecho acima, Cassandra Rios coloca na fala da personagem um discurso sobre a sexualidade, focado na homossexualidade como ameaça subversiva ao regime autoritário. Desse ponto de vista, podemos considerar a autora subversiva, já que tematiza o desejo, trazendo mulheres hipersexualizadas, sexualidades dissidentes e sujeitos “desajustados” das normas/padrões sociais pretendidos para a nação. Tematiza a homossexualidade, a homossexualidade destrói a família, a moral, os bons costumes – uma face do discurso anticomunista.

É muito interessante pensar que a transgressão que a personagem apresenta em relação à norma – se associa a uma subversão ou terrorismo, algo próximo do discurso político durante a ditadura. Flávia demonstra consciência de estar escapando as normas, e isso aparece como uma transgressão, também, no terreno político. Sujeitos contrários contrária a coerência imposta pelo sistema sexo/gênero/sexualidade dentro de uma concepção binária, no contexto da ditadura militar, significou ser confundir-se com a subversão.

Assim sendo, o dispositivo de sexualidade do qual fala Foucault será, também no século XX, perpetuado, se refazendo como uma forma de agenciamento do poder e, no que diz respeito à Ditadura Militar brasileira, um mais importantes. Desenvolve-se, a partir daí, um biopoder que permite, a partir da patologização e construção de identidades indesejadas, a própria perseguição e repressão a sujeitos dissidentes das normas de gênero

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e sexualidade. A sexualidade é, portanto, alvo da biopolítica, tendo o corpo como central no investimento das disciplinas, o que está em questão nos escritos de Cassandra Rios, autora que, para além do seu pioneirismo em tratar tais questões, dá vida a tais sujeitos em sua produção literária, trazendo práticas, modos de ser e de existir não atrelados a heterossexualidade como norma.

Por fim, considero a produção literária de Cassandra Rios como documentos de grande importância na compreensão do dispositivo de sexualidade no Brasil, visto que suas obras, por tratarem de temáticas censuradas e/ou vetadas por ofenderem a “moral e os bons costumes”, foram acusadas de conter “homossexualismo”, quando trazem histórias de relações e desejo entre mulheres ou por enunciarem sujeitos de gênero e sexualidades dissidentes do sistema sexo/gênero. Tendo seu primeiro livro publicado em 1948 e, ao que se sabe, o último já na década de 1980, a autora é parte de um contexto social que, ao longo das décadas, permite transgressões ao mesmo tempo em que constrói interdições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BUTLER, Judith [1988]. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. *Cadernos de leitura*, n. 78, 2018.

FOUCAULT, Michel. [1976] *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria The-reza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Eduff, 2020.

QUINALHA, Renan Honorio. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

RICH, Adrienne. A heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. Revista *Bagoas*, n.05, 2010. p.17-44.

RIOS, Cassandra [1983]. *Eu sou uma lésbica*. 3ª Edição. Azogue Editorial, 2006.

RIOS, Cassandra. Qual o pecado de Odete? Entrevista à revista *Realidade*, Editora Abril. Março, 1970.

SCHWARCZ; Lílian; STARLING, Heloisa Murgel. No fio da navalha: ditadura, oposição e resistência. In: SCHWARCZ, L; STARLING, H. M. *Brasil, uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

REIMÃO, Sandra Lucia Amaral de Assis. Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar. 2015. Tese (Livre Docência em Comunicação e cultura) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/100/tde-21082015-151559/>>. Acesso em: 2018-07-10.